



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679904 - SP (2021/0218284-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : JOAO GABRIEL DESIDERATO CAVALCANTE  
**ADVOGADO** : JOAO GABRIEL DESIDERATO CAVALCANTE - SP358143  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAO VITOR ALMEIDA (PRESO)  
**PACIENTE** : ALEX FERNANDO MOTA MIGUEL (PRESO)  
**PACIENTE** : BRUNO RAFAEL MOTA MIGUEL (PRESO)  
**PACIENTE** : EVANDRO TADEU BASTAZIN DE FREITAS (PRESO)  
**CORRÉU** : MICHAEL OLIVEIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : MATEUS RODRIGUES  
**CORRÉU** : JAMES JONES MACHADO  
**CORRÉU** : MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : JOVANI ALVES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : DIEGO CRISTIANO DOS SANTOS  
**CORRÉU** : ANDRE AUGUSTO DE OLIVEIRA DIAS  
**CORRÉU** : BRUNO APARECIDO SIBALDI  
**CORRÉU** : LETÍCIA SANTOS MACHADO MAGALHÃES  
**CORRÉU** : BEATRIZ LOPES  
**CORRÉU** : ANDERSON FERNANDO DE JESUS GOMES  
**CORRÉU** : LUCAS ALEXANDRE SIMOES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VITOR ALMEIDA, ALEX FERNANDO MOTA MIGUEL e BRUNO RAFAEL MOTA MIGUEL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (0000479-38.2019.8.26.0095).

Os pacientes foram condenados às penas de 8 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 716 dias-multa, pela prática dos delitos previstos no art. 2º, §§ 2º e 4º, I e II, da Lei n. 12.850/2013 e art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a existência de coação ilegal, em face do excesso de prazo para o julgamento da apelação. Afirmar que a sentença condenatória foi proferida em 2/3/2020 e que o recurso da defesa – com parecer favorável do órgão ministerial – se encontra concluso há mais de 7 meses.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para seja deferido o relaxamento da prisão, ainda que com a imposição de medidas cautelares alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Isso porque inexistente nos autos qualquer documento que demonstre as alegações do impetrante, inclusive no tocante à interposição do próprio apelo criminal. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Dessa forma, a ausência de peça essencial ao deslinde da controvérsia impede a admissão dos *habeas corpus*, inclusive em relação à liminar pleiteada pelo impetrante.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente